ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissionados vão chefiar a Fazenda

Deputados aprovaram proposta que permite a livre nomeação em cargos de gerência, hoje destinados apenas a auditores fiscais

Rodolpho Paixão

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em regime de urgência, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 15/2016, que permite a livre nomeação a cargos de gerência da fiscalização fazendária no Estado. Foram 18 votos favoráveis e três contrários.

Atualmente, apenas auditores fiscais de carreira podem ocupar os cargos, que têm remuneração superior ao teto de R$ 19.400 do funcionalismo público, relativo ao salário do governador do Estado — cada gerente pode ter uma base salarial de até R$ 21.900.

Segundo o recém-empossado secretário de Estado da Fazenda, Paulo Roberto Ferreira, a mudança aconteceu após um pedido de exoneração em massa feito por 71 dos 81 auditores fiscais em cargos de gerência no Estado:

"Até o final de junho, estava funcionando tudo normal. Com o pedido de exoneração coletiva, os serviços ficaram precários e foi necessário que o governo agisse."

O pedido de exoneração aconteceu durante uma mesa de negociações entre auditores e o governo do Estado. Na ocasião, a categoria pediu que sua remuneração fosse limitada pelo teto do Judiciário (R$ 30.461,11), explicou Paulo Roberto.

"Foi uma das estratégias deles de enfrentamento junto ao governo. Estamos permanentemente abertos ao diálogo e vamos nos encontrar com a categoria na sexta-feira (amanhã)", contou o secretário.

A aprovação, que vem após um longo período sem votações, aconteceu em sessão extraordinária após uma discussão de três horas entre parlamentares favoráveis e contrários ao projeto. "Não sabemos se ele é bom ou ruim, mas, em função da urgência, não dá tempo de saber", comentou Sérgio Majeski (PSDB), contrário à urgência.

Para Janete de Sá (PMN), que também se opôs ao projeto, a proposta é inconstitucional. "A Constituição prevê que esses cargos sejam de carreira, e nenhum outro Estado faz dessa forma. O projeto premia o sonegador e prejudica os bons contribuintes", disparou.

Um encontro entre Sefaz e auditores fiscais acontece amanhã, às 14 horas, para debater o projeto.

FERNANDO RIBEIRO - 02/02/2016

PAULO ROBERTO destacou pedido de exoneração feito por 71 auditores

ENTENDA A MUDANÇA

Como é

Os cargos de gerente fiscal, gerente tributário, gerente de arrecadação e gerente regional atualmente obedecem à Lei Complementar 225/2002, que os define como sendo comissionados, mas de exclusividade de servidores de carreira da auditoria fiscal do Estado.

Os cargos oferecem uma gratificação aos servidores que, na maioria das vezes, têm de abdicar ao direito por já receberem o teto salarial de R$ 19,4 mil do funcionalismo público estadual.

Como fica

Os cargos passam a não contar mais com a exigência de serem ocupados por servidores de carreira da Secretaria de Estado da Fazenda.

Caso a lei seja sancionada, critérios estabelecidos pela Sefaz serão soberanos na escolha dos ocupantes dos cargos de gerência, que poderão nem mesmo ser auditores fiscais.

É lamentável, diz federação

O presidente da Federação Brasileira de Fiscais de Tributos Estaduais, Roberto Kupski, classificou como "lamentável" a movimentação do governo do Estado e prometeu recorrer da mudança.

"É lamentável que isso seja aprovado em dois dias, sem discussões. Vejo como uma retaliação, que dá um caráter político para uma secretaria extremamente técnica", criticou.

De acordo com o presidente da entidade, uma frente parlamentar em defesa do Fisco, lançada na última terça-feira, no Congresso, com o apoio de 250 parlamentares, cita a proposta votada ontem na Assembleia como sendo "uma ameaça à qualidade dos serviços públicos do Espírito Santo".

Para a presidente da Associação Estadual do Fisco, Maria Teresa Lima, o projeto fragiliza o Estado. "Um auditor tem responsabilidade criminal sobre os dados a que tem acesso. Disponibilizar informações e sigilos fiscais a terceiros é uma atitude irresponsável", atacou.

Procurado, o secretário de Estado da Fazenda, Paulo Roberto, rebateu Kupski: "Lamentável é alguém de fora chegar ao Estado e querer ditar regras dentro do parlamento capixaba".

DIVULGAÇÃO

KUPSKI fez críticas ao projeto

PLENÁRIO

plenario@redetribuna.com.br

Campanha nebulosa na Serra

A internação do prefeito Audifax Barcelos (Rede), em tratamento de grave pneumonia e ainda sem previsão de alta, trouxe dois elementos à campanha na Serra: a nebulosidade das ações dos concorrentes e emocional pesando no eleitorado.

Na véspera do início da campanha pelo rádio – município não tem televisão –, ninguém tem ainda certeza se Audifax reunirá condições de se lançar na campanha pela reeleição. Nos bastidores, o que se comenta é que tratamento do prefeito poderá se estender por cerca de mais um mês.

Internamente, na chapa da Rede, cogitou-se trocar o candidato majoritário, porém a melhora de Audifax, nos últimos dias, travou tudo. E paira dúvida do emocional: até que ponto doença do prefeito influenciará voto do eleitor a seu favor?

Entre adversários, após período de certo constrangimento, já prevalece a máxima: vida que segue, vamos buscar votos.

* * *

Combate à corrupção

Para tornar mais efetivo o combate às fraudes na gestão pública, vem aí o Focco-ES. Será um fórum reunindo ministérios públicos, tribunais de contas, Secretaria da Fazenda, Receita e Polícia Federal, entre outros.

Solenidade para assinatura da cooperação técnica será na manhã da próxima segunda-feira, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça.

Circuito viário

A nomeação do próximo dirigente do DER-ES – Halpher Luiggi, o atual, espera nomeação de Temer para assumir comando nacional do Dnit – está sendo tratada em circuito restrito, na esfera do governo estadual.

Nomes estão sendo avaliados. Entre eles, e bem cotado, o ex-secretário da Agricultura Enio Bergoli. Definição a caminho da reta final.

* * *

Cortina de fumacê

A longa estiagem traz outra preocupação nas cidades cortadas por rios, nesta época de pouca água nos leitos, que é proliferação dos pernilongos nas ruas e casas. Diante do Itapemirim mirrado, o prefeito de Cachoeiro, Carlos Casteglione (PT), diz que só resta o fumacê, repelentes e torcer pelas chuvas.

O autismo e a exclusão

À espera da sanção do prefeito de Vitória, projeto de lei da vereadora Neuzinha de Oliveira (PSDB) prevê um censo para quantificar o universo dos portadores de autismo.

"Há muita exclusão escolar, que precisamos reverter", diz ela.

Salienta que outro entrave na vida das famílias com filhos autistas é que eles precisam passar a ser tratados por neuropediatras, e não por psiquiatras.

* * *

Livro revela o humor em casos do Judiciário

Corregedoria do CNJ lança o livro "A Justiça Além dos Autos", disponível em seu portal, organizado pela ministra Nancy Andrighi reunindo histórias selecionadas por desembargadores, entre eles Pedro Feu Rosa (TJ-ES). Com 504 páginas, relata casos curiosos, como o preso interrogado por juiz do Rio Branco (AC). Ele confessou que estava sem dinheiro, pegou uma faca e escolheu a vítima. Logo quem? O campeão de jiu-jítsu da cidade: foi desarmado e preso.

GALERIA

FOGO CRUZADO

Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, tem visita ao Estado programada para hoje. Chega no meio do fogo cruzado de ambientalistas e políticos, uns querendo a volta da Samarco, outros apontando o Rio Doce definhando a cada dia.

DIGITAIS TUCANAS

Ligado ao líder tucano Luiz Paulo Vellozo Lucas, o assessor político Idivarci Martins está na campanha de reeleição do prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS).

CHANCE PERDIDA

Nem a seca que castiga a maioria dos municípios capixabas é garantia de estradas vicinais em bom estado de conservação. Em Santa Teresa, por exemplo, há trechos que não são recuperados há um ano.

VISTORIA EM PRÉDIOS

Deputado Dary Pagung (PRP) protocolou projeto que obriga vistoria rotineira em todos os prédios.

...SAI DE BAIXO

Acidentes seguem de alto a baixo!